

Governo negocia com Congresso o destino da MP dos Impostos

"É importante que evolua a negociação, que as perdas de alguns setores sejam minimizadas.

Se isso não acontecer, será difícil a aprovação", afirma Renan Calheiros a Aldo Rebelo.

Busca de entendimento leva ministro a procurar também líderes da oposição

Página 5



ENTENDIMENTO Rebelo se encontra com Virgílio (foto à esquerda) e, depois, ouve de Renan (foto à direita, com Fernando Bezerra) a advertência de que a aprovação da MP 232 no Senado é muito difícil

Plenário discute fim do acordo com o FMI

O anúncio feito pelo líder Aloizio Mercadante de que o governo não renovará o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) obteve imediata repercussão no Plenário. "Parabenizo a equipe econômica por essa conquista. O país hoje tem confiança, crédito, transparência nas contas públicas e externas", observou Mercadante. Ele foi apoiado por Leomar Quintanilha, que considerou a notícia

"alvissareira". Já o líder do PSDB, Arthur Virgílio, afirmou que a decisão "é possível porque o ministro Palocci segue a política econômica do governo passado". Virgílio disse esperar que Palocci tenha acertado com o FMI a possibilidade de rápida renovação do acordo, em caso de necessidade. Para Alvaro Dias, o anúncio é "puro marketing" e seria mais sensato firmar um acordo nos moldes do de 2003.

Página 7

Rosewell Pinheiro



COMEMORAÇÃO O líder do governo, Aloizio Mercadante, aponta avanços que, segundo ele, permitiram encerrar o acordo com o FMI

Heloísa Helena cobra ajuda para vítimas da seca

A senadora Heloísa Helena condenou a "paralisia" do governo federal diante das dificuldades enfrentadas pelas vítimas da seca em Alagoas. Em discurso no Plenário, ela disse que o Nordeste clama por obras de infra-estrutura, mas, no momento, em virtude do estado de emergência, o governo tem obrigação de atender às necessidades humanas mínimas, com a concessão de cestas básicas e a disponibilização de carros-pipas.

Página 8

Palocci explica operação com prefeitura paulistana

Página 3



ÊXITO Tuma diz que combate ao crime organizado avançou com o uso da tecnologia de inteligência

Tuma enaltece papel da Polícia Federal e das Forças Armadas

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) homenageou o Departamento de Polícia Federal (DPF) pela passagem de seu 61º aniversário. Ele cumprimentou também as Forças Armadas por seus esforços na vigilância do território nacional e na busca de avanços tecnológicos.

Tuma, que já foi diretor-geral da Polícia Federal, registrou a inauguração do novo prédio do Instituto Nacional de Criminalística (INC), que coordena os trabalhos dos peritos criminais da instituição. O senador destacou os sucessos obtidos pelo DPF em operações de combate ao crime organizado e atribuiu os bons resultados à melhoria da tecnologia de inteligência. Ele propõe a criação de núcleos do INC em todos os estados.

O parlamentar saudou ainda a Marinha e a Aeronáutica pelos esforços para modernizar o arsenal bélico. Tuma citou o lançamento ao mar do submarino *Tikuna*, em 9 de março, com a presença do presidente Lula. Ele informou que, em breve, apresentará, à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), relatório favorável à compra de novos aviões pela FAB.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Agenda

MP do Microcrédito pode ser votada hoje

Os senadores retomam na sessão plenária de hoje, às 14h, a discussão do projeto de conversão de medida provisória (PLV 01/05) que cria o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO). A



proposta, que busca gerar recursos para microempreendedores, obstrui as votações há semanas. Mas a pauta pode permanecer trancada pela imediata inclusão de duas outras MPs que já estão com prazo vencido.

Renan recebe presidentes de clubes de futebol

O presidente do Senado, Renan Calheiros, conversa com o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, às 10h. Às 11h30, recebe presidentes e representantes das agremiações de futebol Botafogo, Flamengo, Sport Recife, Atlético Mineiro, Internacional, Bahia e Cruzeiro, acompanhados de dirigentes do Clube dos Treze; às 12h30, participa do lançamento da Agenda Legislativa da Indústria 2005; às 13h, de almoço oferecido pela CNI; e, às 15h30, recebe o governador de Sergipe, João Alves Filho.

Palocci participa de reunião da CAE

O ministro da Fazenda participa de reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), às 10h. Palocci vai falar sobre a Medida Provisória do Microcrédito (MP 227/04), que tranca a pauta do Plenário há algumas semanas, e do aumento da carga tributária no país, entre outros temas. O ministro

deve comentar ainda a MP 237/07, que possibilitou o descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal por alguns municípios, entre eles a capital paulista. Às 14h, a Subcomissão da Liquidação das Dívidas Financeiras, da CAE, realiza reunião administrativa.

Vagas para professores da rede pública nas universidades

A Comissão de Educação (CE), às 11h, discute projeto que garante vagas nos cursos de graduação aos professores da rede pública que não tenham nível superior (PLS 03/04). Às 11h30, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA)

analisa proposta (PLS 71/03) que extingue o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps). A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) avalia a criação do Plano Setorial de Desenvolvimento do Gás (PLS 101/04), às 14h30.

CPI da Terra e CDR promovem audiências

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Terra promove reunião reservada para ouvir o depoimento de Manoel Domingues Paes Neto, proprietário rural no estado de São Paulo. Às 18h30, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) ouve o ministro do Turismo, Walfrido Mares Guia (foto), que discute programas de turismo para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.



Comissões mistas

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) reúne-se às 15h para a análise de atas, avisos, requerimentos e recursos. Às 16h30, será realizada a reunião de instalação e eleição da Mesa da comissão mista destinada a propor a reestruturação do processo orçamentário.

Relatório final

A Comissão Dorothy Stang tem reunião, às 9h, para votar o relatório final. Às 15h, o documento será entregue ao presidente do Senado, Renan Calheiros, e à imprensa. O colegiado acompanhou as investigações do assassinato da missionária norte-americana e de agricultores no Pará.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-Adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Gorette Brandão, Lara Altafin, José do Carmo Andrade e Paula Pimenta
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Flávio de Mattos

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



ESPERANÇA A medida, acredita Paim, pode garantir o "sonho" do transporte intermunicipal gratuito

Decisão do STJ a favor de idoso é comemorada por Paim

Paulo Paim (PT-RS) elogiou ontem a decisão do presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Edson Vidigal, de conceder liminar assegurando a um cidadão paulista com mais de 60 anos o direito de utilizar gratuitamente o transporte público intermunicipal. A decisão foi amparada no Estatuto do Idoso, lei aprovada pelo Congresso a partir de projeto original de Paim.

– Alguns advogados consultados opinaram que esse precedente vai garantir aos idosos o sonho do direito ao transporte gratuito entre um município e outro – afirmou Paulo Paim.

Outro assunto abordado pelo senador gaúcho foi a importância do emprego para o ser humano. Nesse sentido, ele defendeu a aprovação de proposta de sua autoria que reduz a jornada de trabalho semanal, de 44 para 40 horas. Com essa medida, segundo ele, poderá haver um aumento significativo no número de postos de trabalho.

Paim também manifestou preocupação com a situação dos trabalhadores com idade superior a 45 anos. Ele disse que os empresários, no momento de contratar, preferem pessoas mais jovens. Paim informou que a Câmara aprovou projeto semelhante ao seu, que garante incentivos fiscais para a contratação de trabalhadores mais velhos.

Em aparte, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) aplaudiu outro ponto do discurso de Paim: a defesa de maiores investimentos no ensino técnico. Tuma lembrou que, há alguns anos, o país investia mais no ensino profissionalizante e incentivou o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, a prosseguir com seu programa de levar escolas técnicas para os municípios do interior paulista.

Comissão Dorothy Stang vota hoje relatório final

A comissão externa criada para acompanhar as investigações sobre o assassinato da freira Dorothy Stang reúne-se às 9h de hoje para leitura, discussão e votação de seu relatório final. Às 15h, o documento será entregue ao presidente do Senado, Renan Calheiros, e à imprensa.

O relator da comissão é o senador Demostenes Torres (PFL-GO). A primeira reunião acontecerá na sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho. A apresentação do relatório ocorrerá na sala 6 da mesma ala.

Naturalizada brasileira, a missionária Dorothy Stang foi assassinada a tiros no último dia 12 de fevereiro, na cidade



Roosevelt Pinheiro

INVESTIGAÇÃO Relatório de Demostenes Torres será entregue ao presidente do Senado e à imprensa

de Anapu (PA). Ela trabalhava havia 20 anos em defesa dos direitos dos trabalhadores rurais e do meio ambiente.

A comissão do Senado, presidida pela senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), acompanhou as investigações das polícias Federal e estadual do Pará e realizou várias audiências para ouvir autoridades públicas sobre a segurança e as questões fundiária e ambiental na região.

Rossetto fala sobre reforma agrária em audiência na CRA

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, participa amanhã de audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para explicar as ações que estão sendo implementadas na região amazônica. O encontro terá início às 10h, na sala de reuniões nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho. O requerimento para realização da audiência pública é de autoria da senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA).

Na pauta de trabalhos para este ano, a CRA pretende abordar temas como a questão fundiária, assentamentos, invasões rurais e agricultura familiar. No dia 16 de março, a comissão realizou a primeira audiência pública, com a participação do ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues. Na ocasião, Rodrigues solicitou a liberação de



Gerardo Magalhães

EXPLICAÇÕES Ana Júlia pede detalhes sobre invasões rurais e questões fundiárias na Amazônia

verbas para a comercialização da sagra agrícola e debateu com os senadores assuntos ligados ao agronegócio.

A CRA é uma das mais novas comissões permanentes do Senado. O órgão foi instalado no dia 1º de março deste ano, a partir de projeto de resolução de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS). A comissão é presidida pelo senador Sérgio Guerra (PSDB-PE).

Palocci explica operação de São Paulo com o Reluz

■ Empréstimo feito sem observância da Lei de Responsabilidade Fiscal é tema da audiência hoje

O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, dará hoje ao Senado explicações sobre o aditivo contratual que a prefeitura de São Paulo assinou no âmbito do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente (Reluz) em fevereiro de 2004.

Palocci, que participa às 10h de audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), informou anteriormente, por meio de ofício enviado ao Senado, que a prefeitura paulistana teria realizado operação de crédito sem a observância de dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e da Resolução do Senado 43/01.

A equipe da ex-prefeita Marta Suplicy alega que o aditivo contratual assinado, no valor de R\$ 27 milhões, não configura uma operação de crédito e, por isso,



José Cruz/ABR

QUESTÕES Palocci deve falar aos senadores também sobre o aumento da carga tributária

não necessitaria de autorização prévia do Ministério da Fazenda ou do Senado.

O governo editou, em 27 de janeiro passado, medida provisória (MP 237/05) que, entre outros assuntos, legaliza todas as operações do Reluz entre municípios, concessionárias de energia elétrica e a Eletrobrás, desde o lançamento do programa em 2000.

Além da possível irregularidade da operação de São Paulo, a MP também está sendo questionada quanto a sua constitucionalidade.

Comissão debate com ministro potencial turístico do país

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) realiza hoje, às 18h30, audiência pública para discutir o turismo brasileiro. O convidado é o ministro do Turismo, Walfrido Mares Guia, que fará uma exposição sobre programas voltados especialmente para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O requerimento para a realização da audiência foi apresentado pelo presidente da comissão, senador Tasso Jereissati

(PSDB-CE). Ele destacou as três regiões porque, apesar da vocação natural para o turismo, elas teriam atividade econômica no setor muito aquém do seu potencial.

O ministro deverá fazer uma exposição sobre os programas específicos de turismo que estão sendo desenvolvidos para essas regiões, as alternativas para dinamizar o potencial natural de cada área e os melhoramentos e incentivos para a viabilização de projetos



Roosevelt Pinheiro

DINAMISMO Jereissati quer dirigir a discussão para três regiões: Norte, Nordeste e Centro-Oeste

turísticos nessas localidades. A audiência será na sala de reuniões nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa.



Roosevelt Pinheiro

IMPACTO Maguito culpa preços baixos e alto custo da produção pelas dificuldades do setor

Maguito diz que agricultura atravessa uma de suas piores crises

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) disse que a agricultura brasileira, apesar de ter um papel fundamental no saldo comercial do Brasil, atravessa uma das piores crises de sua história por causa dos preços baixos, da desvalorização do dólar e dos altos custos de produção. O PIB da agropecuária brasileira cresceu apenas 3%

em 2004, contra 6,5% em 2003, informou o senador.

Maguito fez uma comparação entre os custos de produção e os da venda dos produtos: na safra 2003/2004, em relação a 2004/2005, o custo de produção da soja subiu 6,3%, enquanto os preços médios da saca caíram pela metade, de R\$ 50 para R\$ 25. No mesmo

período, o milho teve custo de produção aumentado em 5,4% e uma queda no preço da saca de 22%. O trigo, por sua vez, registrou encarecimento no custo de 33,7% e redução no preço de 36%, completou o senador.

Maguito disse ainda que, no estado de Mato Grosso, o conjunto da economia tem sofrido o impacto da queda da

atividade rural. A arrecadação do estado, assinalou o senador, acumula perdas superiores a R\$ 30 milhões, e a diminuição do dinheiro em circulação afeta outros setores, como o comércio. Em alguns municípios, informou Maguito, a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) acumula perda de 15%.

Comissão busca novo caminho para Orçamento

Senadores e deputados se reúnem hoje para eleger presidente do colegiado temporário

A comissão mista temporária encarregada de propor a reestruturação do processo de exame do Orçamento da União reúne-se hoje, a partir das 16h30, para eleger seu presidente. Entre as principais mudanças em estudo está a que transforma o Orçamento em peça impositiva, tornando obrigatório que o Executivo execute, de fato, as despesas aprovadas pelo Legislativo. Atualmente, o Orçamento é apenas autorizativo, ou seja, o Executivo não é obrigado a cumprir o Orçamento aprovado pelo Congresso Nacional.

A presidência do colegiado deverá ser exercida por um senador, cabendo a relatoria a um deputado.



OBRIGAÇÃO Antonio Carlos é autor do projeto de orçamento impositivo que tramita no Senado

No Senado, tramita a proposta de emenda à Constituição (PEC 22/00) que institui o orçamento impositivo, tendo como primeiro signatário o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) está analisando quatro emendas de Plenário à proposta, apresentadas pelo senador Aloizio Mercadante (PT-SP).

Na última semana, a CCJ aprovou a realização de audiências públicas com governadores e prefeitos para discutir essas emendas. O líder do governo ponderou que a matéria terá impacto em todos os entes da Federação e que, por isso, necessita de amplo debate. “Estabelecer um novo padrão de orçamento em todos os entes federados é uma grande mudança”, acrescentou.

Superávit

Às 15h, o presidente em exercício da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senador Efraim Morais (PFL-PB), deve colocar em votação requerimento, de autoria do deputado Ricardo Braga, solicitando ao Ministério do Planejamento que disponibilize cópias das correspondências trocadas com o Fundo Monetário Internacional (FMI) que definiram as ações a serem realizadas pelo governo brasileiro, no limite de R\$ 2,8 bilhões, não computadas no cálculo do superávit primário.

Em outros países, regras severas

Diferentemente do que acontece no Brasil, diversos países votam e executam seus orçamentos sob severas regras. Enquanto no país o Executivo tem a liberdade de executar ou não o que foi aprovado pelo Legislativo, em outras nações o descumprimento da execução orçamentária pode implicar intervenção do Poder Judiciário.

É o que acontece, por exemplo, nos Estados Unidos, onde é realizado o processo de intensa negociação política, com ampla participação da sociedade por meio de audiências públicas. Após a aprovação do orçamento pelos parlamentares americanos – que possuem poder e capacidade técnica para modificar a proposta original do Executivo –, as regras para sua execução precisam ser seguidas, sem qualquer alteração pelo governo. Se não houver obediência do Poder Executivo, o Judiciário pode intervir para fazer cumprir

as determinações aprovadas pelo Legislativo.

Na Inglaterra, o programa do Executivo é apresentado e defendido diante da Câmara dos Comuns (parlamento britânico equivalente à Câmara dos Deputados). O Legislativo está apto a aprovar, reduzir ou rejeitar a despesa proposta e ainda controla a execução do orçamento.

Na França, após o período napoleônico, o controle representativo voltou às mãos da Assembléia Nacional, que passou a participar das decisões orçamentárias. No entanto, somente a partir de 1831, o parlamento passou a ter poder sobre o orçamento. Algumas regras orçamentárias consolidadas e aplicadas atualmente em diversos países surgiram na França, entre elas a anualidade do orçamento, sua votação anterior ao início do exercício, a apresentação de todas as previsões financeiras para o

exercício e a não-vinculação de itens da receita a despesas específicas.

O parlamento australiano tem completo controle das finanças do governo, já que taxas, empréstimos e despesas precisam ser autorizados por lei. As apropriações anuais para as despesas do Executivo são divididas em duas contas: uma cobrindo despesas anuais ordinárias – que o Senado não pode emendar – e outra referente a despesas com investimentos, esta, sim, passível de ser emendada pelos senadores.

O Congresso Popular Nacional (NPC) da China é responsável pelo exame e aprovação do orçamento e pelo relatório de sua implementação. Também possui um comitê para supervisionar a execução dos orçamentos central e local; para examinar e aprovar planos de reajustamento do orçamento central e das contas finais.

Relações Exteriores pode ouvir Amorim sobre Haiti

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, poderá ser chamado a prestar esclarecimentos a respeito da atuação das tropas brasileiras no Haiti. Apresentado pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), requerimento (12/05) com este objetivo será examinado pela

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) em reunião prevista para as 10h desta quinta-feira.

A comissão analisará também três mensagens presidenciais de indicações de embaixadores: de Lúcio Pires de Amorim, atual embaixador

na África do Sul, para exercer cumulativamente o cargo junto ao Reino do Lesoto e junto à República de Botsuana; e do atual embaixador brasileiro na Austrália, Frederico Cezar de Araújo, para exercer, cumulativamente, o cargo na República de Vanuatu.



BENEFÍCIO Projeto de Sérgio Cabral apoiando idosos recebeu parecer favorável de Eduardo Azeredo na Comissão de Assuntos Sociais



Prioridade ao idoso para receber a restituição do IR

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) poderá examinar e votar amanhã, após audiência pública sobre proposta que altera a CLT (*ver matéria abaixo*), nove projetos de lei, entre eles o que acrescenta um inciso ao Estatuto do Idoso, para dar-lhe prioridade no recebimento de restituição do Imposto de Renda. O projeto, de autoria do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), tramita com parecer favorável do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

Em seu parecer, Azeredo argumenta que o projeto (PLS 26/04) vem dar mais consistência a um princípio já inscrito no ordenamento jurídico do país, que é o da prioridade ao idoso na fruição de seus direitos. Dessa maneira, a precedência no recebimento da restituição do Imposto de Renda representaria um acréscimo de bom senso ao elenco de garantias à saúde, à alimentação, à cidadania e à convivência familiar, já previstas no estatuto.

A pauta inclui, também, o

Projeto de Lei 81/04, de autoria do senador José Maranhão (PMDB-PB), que passa a exigir exame de proficiência como requisito compulsório na inscrição de profissionais nos conselhos regionais de corretores de imóveis, condição indispensável para o exercício da profissão.

Em sua justificativa, o senador explica que, a princípio, o exercício da profissão de corretor de imóveis era privativa dos portadores do título de Técnico em Transações Imobiliárias.

Segundo Maranhão, com o advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação surgiram muitos cursos de formação técnica, e até de nível superior, na área de ciências imobiliárias, alguns de qualidade duvidosa, cujos formandos passaram a obter inscrição nos conselhos regionais. Como consequência, houve imediato aumento no número de processos administrativos e disciplinares contra esses novos inscritos, resultado da deficiente formação.

Audiências sobre programas sociais e mudança na CLT

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) recebe amanhã, às 11h, visita institucional do ministro do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome, Patrus Ananias. Ele virá por iniciativa própria, para falar sobre os assuntos mais destacados de sua pasta.

Também amanhã, a CAS realiza, a partir das 11h30, audiência pública para instruir a votação do PLS 19/03, de autoria do senador Marcelo Crivella (PL-RJ), que modifica artigo da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para fixar em 20 quilos o peso máximo que um empregado pode remover individualmente.

Os convidados são Manoel José dos Santos, presidente da

Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag); José Calixto Ramos, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI); Eduardo Lírio Guterra, presidente da Federação Nacional dos Portuários (FNP); Maria de Lourdes Moure, coordenadora do Ministério do Trabalho; e Maria Helena Guthier, coordenadora do Ministério Público do Trabalho.

Na justificativa do projeto, o senador Marcelo Crivella argumenta que o artigo 198 da CLT encontra-se defasado, ao fixar em 60 quilos o peso máximo a ser suportado individualmente por um trabalhador, no transporte e na descarga de mercadorias.



DECISÃO Sarney destaca os 20 anos da data em que, como presidente, enviou a mensagem ao Congresso

Sarney lembra extinção dos municípios de segurança

O senador José Sarney (PMDB-AP) comemorou ontem, em pronunciamento, os 20 anos da data em que enviou, como presidente da República, mensagem ao Congresso Nacional acabando com os municípios de segurança nacional. Eram mais de 200 municípios impedidos de escolher seus prefeitos pelo voto, por determinação da doutrina de segurança nacional, explicou.

A abolição dos municípios de segurança nacional, acrescentou o ex-presidente, cumpria com um dos objetivos da Aliança Democrática, criada para eleger Tancredo Neves e José Sarney no Colégio Eleitoral. A doutrina de segurança nacional, afirmou, permitia alguns excessos praticados pelo regime militar, como a escolha dos prefeitos desses municípios, que muitas vezes parecia "premiar facções".

A escolha da data para o envio da mensagem presidencial, lembrou Sarney, foi uma forma de homenagear os 150 anos de fundação de Angra dos Reis (RJ), um dos municípios de segurança nacional. O senador destacou o apoio que teve de todos os partidos nessa decisão, uma vez que o estado de saúde de Tancredo Neves, já transferido para o Instituto do Coração, em São Paulo, era crítico. Como principais apoiadores citou o então presidente da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães, e os políticos de esquerda Hércules Correia (PCB) e João Amazonas (PCdoB).

Sarney observou ser importante marcar essas efemérides para que o povo brasileiro possa verificar como foi difícil reconstruir as instituições e redemocratizar o país.

Renan e Rebelo buscam saída para impasse sobre a MP dos Impostos

■ Se as perdas de alguns setores não forem minimizadas, será difícil a aprovação, alerta senador

O presidente do Senado, Renan Calheiros, e o ministro da Articulação Política, Aldo Rebelo, reuniram-se ontem na tentativa de buscar uma solução para o impasse em torno da medida provisória (MP) que aumenta de 1% para 1,5% o Imposto de Renda de produtores rurais (vendas de produtos e insumos agrícolas) e de 32% para 40% a base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de prestadores de serviços.

Na semana passada, Renan Calheiros chegou a recomendar ao governo que retirasse a MP 232 do Congresso Nacional.



ENTENDIMENTO No encontro com Renan Calheiros (D), Aldo Rebelo diz que o governo continuará as negociações em torno da medida provisória

O ministro Aldo Rebelo disse que essa hipótese não está sendo considerada pelo Poder Executivo.

– Estamos buscando o caminho da negociação. Enquanto os caminhos da negociação não forem completamente esgotados, não podemos ter um

prognóstico sobre o desfecho da MP 232 – afirmou.

O ministro acrescentou que o governo persistirá na negociação com os líderes da base, com o presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti, e com os líderes da oposição.

Medida provisória não pode aumentar imposto, diz Alvaro

Ao criticar a medida provisória que aumenta o tributo pago por produtores rurais e prestadores de serviços, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) alertou para a falta de debate prévio sobre a matéria e lembrou que é inconstitucional aumentar impostos por meio de MP. Ele espera que a Câmara rejeite a proposta.

– O governo cobra primeiro para discutir depois. Essa medida suprime direitos e garantias individuais. É o ápice da ditadura fiscal. Por essa razão, assistimos no país à maior manifestação de repulsa em relação à política tributária – declarou.

Alvaro disse que o PT prometeu durante a campanha, “e o ministro Palocci repetiu insistentemente”, que o governo não promoveria aumento da carga tributária. Observou, no entanto, que não é o que está ocorrendo no governo Lula.

– A MP 232 representou um duro golpe ao Estado democrático de direito, às liberdades públicas, e implicou grave desrespeito à competência do Congresso Nacional.

Transposição

Alvaro Dias também apresentou nota técnica sobre o projeto



REAÇÃO Alvaro Dias afirma que o Brasil "assiste à maior manifestação de repúdio à política tributária"

de transposição de águas do rio São Francisco, produzida pelo PT durante o governo Fernando Henrique Cardoso. A nota, de acordo com o senador, traria o embasamento necessário e os argumentos para a rejeição da proposta.

– Essa é a posição real do PT, que contrasta com a posição agora adotada pelo presidente Lula. A nota técnica condenava a tese de que não havia outra saída além da transposição. O PT afirmava que alternativas como o aproveitamento dos lençóis freáticos e as soluções de reflorestamento do semi-árido eram deliberadamente ignoradas pelo governo Fernando Henrique.

Mesquita Júnior é contra unificar arrecadações federais

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC) alertou, em discurso no Plenário, para os riscos à Previdência Social caso a arrecadação previdenciária seja unificada com a da Receita Federal. O parlamentar teme que parte do dinheiro hoje utilizado no pagamento de benefícios seja desviada pelo governo federal para compor o chamado superávit fiscal, reserva que o Poder Executivo acumula para pagamento de juros aos credores.

Ele acredita que, em vez de promover a unificação pretendida, o governo deveria aparelhar melhor as estruturas existentes, de forma a tornar mais eficiente a arrecadação. Observou, por exemplo, que, no caso da Receita Federal, a parcela dos tributos a ser utilizada na melhoria dos meios de arrecadação tem sido desviada em cerca de 60%, justamente para ajudar no superávit fiscal. O parlamentar acrescentou



RISCO Mesquita Júnior teme que parte do dinheiro da Previdência seja desviada para pagar a dívida

que, ainda assim, os funcionários têm conseguido elevar o volume de dinheiro arrecadado.

Preocupação

Para Mesquita Júnior, que acaba de se filiar ao PSOL, o assunto não deveria ser tratado por meio de medida provisória, como parece ser o objetivo do governo. – A fusão das receitas é preocupante. O melhor seria que a matéria fosse discutida pelo Congresso na forma de projeto de lei – opinou. O parlamentar acreano também agradeceu os convites recebidos para integrar outro partido no momento em que se desligou do PSB. Abriram as portas para Mesquita Júnior o PSDB, o PDT e o PPS.

Augusto Botelho defende reajuste da tabela do SUS

■ Segundo ele, valores devem, pelo menos, cobrir os custos dos atendimentos feitos nas santas casas

O senador Augusto Botelho (PDT-RR) defendeu ontem a revisão “urgente”, pelo governo, dos valores da tabela do Sistema Único de Saúde (SUS). É preciso, afirmou ele, que os novos valores cubram pelo menos o custo dos procedimentos realizados pelas entidades conveniadas, como as santas casas, responsáveis por cerca de 60% dos atendimentos na área de saúde pública.

O senador observou que, atu-



Roosevelt Pinheiro

CUSTO Saúde é hoje um produto muito mais caro do que era no passado, observa Augusto Botelho

almente, os valores repassados pelo sistema significam, no máximo, 30% da receita bruta dessas entidades. Augusto esclareceu também que, para uma instituição dessa natureza

oferecer serviços e garantir sua própria sobrevivência, deve procurar suprir os outros 70% com recursos provenientes de outras fontes.

Ele disse que, como resultado da evolução tecnológica, a saúde é hoje um produto muito mais caro do que era até meados do século passado. “Há máquinas e aparelhos avançados que realmente têm de ser adquiridos pelas instituições de saúde, pois são indispensáveis para o diagnóstico mais completo.”

Em apoio, Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ressaltou que, no Brasil, ainda não foi encontrada uma solução adequada para o atendimento à saúde dos mais pobres.



CONVITE CMA vota requerimento de Luiz Otávio para audiência com diretor do Ministério da Agricultura

Luiz Otávio quer esclarecer declaração sobre aftosa no Pará

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) deverá votar hoje requerimento do senador Luiz Otávio (PMDB-PA) para convidar o diretor de Defesa Animal do Ministério da Agricultura, Jorge Caetano Júnior, a prestar esclarecimentos sobre suas declarações em Paris como delegado do Brasil perante a Organização Mundial

da Saúde Animal (OIE).

O diretor teria afirmado que o Pará desenvolvia um programa de erradicação com inconformidades técnicas na vigilância sanitária e na estrutura dos serviços veterinários. Ele teria dito ainda que “auditoria realizada pelo Ministério da Agricultura não recomendava o encaminhamento da proposta do estado para certificação internacional livre de febre aftosa, com vacinação”, segundo a justificativa de Luiz Otávio.

Na pauta da CMA também consta o projeto 71/03, do senador Tião Viana (PT-AC), que altera a lei sobre a extinção do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps), para que a prestação de contas dos gestores do Sistema Único de Saúde (SUS) ao Legislativo estenda-se à esfera federal do governo.

O colegiado deverá votar requerimento de Valdir Raupp (PMDB-RO) para solicitar ao presidente do Tribunal de Contas da União envio de cópia de auditoria sobre a regulação da Conta Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC).

Capiberibe pede intervenção na rede de saúde do Amapá

O senador João Capiberibe (PSB-AP) pediu intervenção federal no sistema de saúde do Amapá, a exemplo do que ocorreu nos hospitais públicos do município do Rio de Janeiro. O senador denunciou o mau gerenciamento de recursos da área de saúde em seu estado, apesar de serem suficientes.

Para comprovar sua afirmação, Capiberibe apresentou dados do governo do Amapá, segundo os quais os gastos com saúde em 2004 superaram os R\$ 35 milhões, contra pouco mais de R\$ 12 milhões em 2001.

– Gastou-se três vezes mais

em 2004 e, no entanto, não se encontra um só medicamento em qualquer unidade de saúde – criticou o senador, que apelou para que o Ministério da Saúde determine auditorias nos hospitais.

Citando matéria do jornal *Folha do Amapá*, o parlamentar informou que a Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) do Hospital de Emergência de Macapá, único pronto-socorro da capital do estado, está interdita. Há rachaduras no piso e no teto da UTI, o que pode ter sido causado por uma reforma que já dura dois anos. Devido



Roosevelt Pinheiro

DESVIOS Capiberibe denuncia mau gerenciamento de recursos da saúde em seu estado

à interdição, a unidade foi desocupada.

Capiberibe disse que o Amapá é o estado com maior índice de incidência de dengue na região amazônica e que a população, acostumada à falta de atendimento, já nem procura mais os médicos.

Papaléo apóia campanha contra a epilepsia

A Campanha Global contra a Epilepsia recebeu o apoio do senador Papaléo Paes (PMDB-AP), que lamentou o fato de 60% a 90% dos pacientes nos países em desenvolvimento não terem acesso a tratamento. Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), engajada na iniciativa ao lado da Liga Internacional contra Epilepsia e da Associação Mundial de Pacientes com Epilepsia, 1% da população mundial (cerca de 50 milhões de pessoas) sofre desse mal. No Brasil, a doença atinge quase 1,5% da população.

Papaléo disse que campanhas do gênero são importantes não apenas para combater o



José Cruz

ACEITAÇÃO Segundo Papaléo, a iniciativa é importante para combater o estigma da doença

estigma e favorecer a aceitação social da doença, mas também para aperfeiçoar os métodos de diagnóstico e tratamento. Além de não ser contagiosa, nem necessariamente associada à doença mental, o parlamentar

afirma que a epilepsia não impede que os doentes tenham vida normal, uma vez que se submetam a cuidados médicos.

– O tratamento não é difícil, nem de alto custo, desde que ocorram o diagnóstico precoce e o acompanhamento médico recomendado – ressaltou.

Segundo Papaléo, a campanha capitaneada pela OMS desenvolve projetos em diferentes partes do mundo para aperfeiçoar a identificação e o acompanhamento dos pacientes com epilepsia. A intenção é envolver a sociedade no trabalho de prevenção e aceitação social da doença e definir um modelo de tratamento integral.

Tarso Genro explica registro de diplomas de médicos

Além da reunião marcada para hoje, destinada à votação de projetos, a Comissão de Educação (CE) realiza amanhã audiência pública com o ministro da Educação, Tarso Genro, a partir das 11h. O encontro foi solicitado pelo senador José Agripino (PFL-RN) e encampado pelo senador Hélio Costa (PMDB-MG), presidente do colegiado, e pelo senador João Ribeiro (PFL-TO).

Os parlamentares querem explicações sobre a recente decisão do Ministério da Edu-



Roosevelt Pinheiro

VALIDAÇÃO Por solicitação de Agripino, ministro discute situação de médicos formados em Cuba

cação de adotar rito sumário – ou a validação automática – para o registro dos diplomas dos médicos brasileiros formados em Cuba. Tarso Genro também deve ser questionado sobre o reconhecimento de diplomas de médicos cubanos que prestam serviços de saúde no Brasil.

CPI dos Transgênicos é encerrada

Ao presidir a sessão plenária de ontem, o senador Tião Viana (PT-AC) anunciou o encerramento dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Transgênicos, por decurso de prazo, sem a apresentação de relatório final. A CPI foi criada em 11 de novembro de 2003 com o objetivo de investigar o contrabando de sementes transgênicas de soja. Na época em que foi ins-

talada a CPI, o plantio de sementes geneticamente modificadas ocorria em várias regiões do país, embora não houvesse legislação que o autorizasse. A Lei de Biossegurança, aprovada pela Câmara dos Deputados em 2 de março último, legalizou o plantio de transgênicos no Brasil, o que diminuiu o fôlego da comissão, cujos trabalhos se encerraram oficialmente em 14 de dezembro de 2004.

FMI

O líder do governo diz que o Brasil tem hoje confiança, crédito e transparência nas contas públicas, critérios fundamentais para a decisão de não renovar o acordo com o Fundo Monetário. Os opositores Arthur Virgílio e Alvaro Dias criticaram a decisão

Mercadante: saída do Fundo é uma conquista



CRÍTICAS Alvaro ressalta que medida adotada não significa mudança do modelo econômico

Para Alvaro Dias, decisão é "puro marketing"

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) considerou o anúncio de não-renovação do acordo do Brasil com o Fundo Monetário Internacional como "puro marketing". Ele afirmou que, se a medida significasse "mudança do modelo econômico do país", deveria ser aplaudida. A seu ver, no entanto, a meta de superávit primário estabelecida em um patamar de 5,18 % do PIB demonstra que não há mudança no modelo.

– O presidente Lula tem sido o aluno mais disciplinado e exemplar do Fundo Monetário Internacional. A equipe do Ministério da Fazenda já assimilou a forma de pensar e agir do Fundo Monetário Internacional, superando, muitas vezes, o próprio Fundo em matéria de ortodoxia.

O parlamentar disse acreditar que seria mais sensato firmar um acordo nos moldes do de 2003, em que o Executivo não sacaria os recursos depositados, a não ser em caso de emergência. Alvaro Dias considera que, dessa maneira, o país estaria mais protegido de suas contas.

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), anunciou ontem a decisão do governo Luiz Inácio Lula da Silva de não renovar o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Segundo informou o senador, o Brasil vinha prorrogando esse acordo desde 1998, embora não sacasse recursos do Fundo desde setembro de 2003.

– Parabenizo a equipe econômica por essa conquista, que é a saída do FMI. O país hoje tem confiança, crédito, trans-

parência nas contas públicas e externas – afirmou o senador.

Além de comemorar a decisão, Mercadante procurou listar os avanços econômicos que permitiram esse desligamento do FMI. Destacou, por exemplo, exportações superiores a US\$ 100 bilhões; superávit comercial acima de US\$ 32 bilhões; crescimento econômico de 5,2% em 2004; redução da dívida pública de 61,5% para 51,5% em relação ao produto interno bruto (PIB); superávit de US\$ 11,5 bilhões nas transações correntes, o que

se traduz em queda do endividamento externo.

Para o petista, o Brasil vive hoje um belo momento e mostra o vigor de sua economia. O cenário atual é muito diferente, assinalou, daquele em que o governo brasileiro precisou recorrer ao FMI para sanar "os equívocos" da âncora cambial aplicada entre 1994 e 1998.

"Os equívocos" atribuídos à equipe do governo Fernando Henrique Cardoso teriam levado ao comprometimento das reservas cambiais pelo endivi-

damento externo; fragilização das finanças públicas; aumento da relação PIB/carga tributária de 28% para 35% e déficit de US\$ 186 bilhões nas transações correntes.

O senador Aloizio Mercadante acredita ser necessário manter a política de responsabilidade fiscal; aperfeiçoar a gestão fiscal; manter o superávit comercial sem aumento da carga tributária e alavancar investimentos em infra-estrutura para afastar riscos de retorno do país ao FMI.

Virgílio afirma que governo Lula segue política econômica de FHC

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), considerou "um caminho natural" a decisão adotada nesta semana pelo governo Lula de não renovar o acordo com o Fundo Monetário Internacional. Ele disse esperar que o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, tenha acertado com o FMI a possibilidade de uma rápida renovação, caso o Brasil comece a enfrentar problemas na área internacional.

– Não é nada demais a opção do governo Lula de não renovar o acordo com o FMI. Isso é possível porque o ministro Palocci segue a política econômica do governo passado. É um desdobramento normal. Os ex-presidentes do Banco Central (BC) Gustavo Loyola e Gustavo Franco, do governo passado, já haviam recomendado isso – observou.

Arthur Virgílio lembrou que o governo Fernando Henrique Cardoso enfrentou várias crises externas que praticamente eliminaram os investimentos estrangeiros nos países em desenvolvimento, o que levou vários deles a dificuldades profundas.



ALERTA Virgílio lembra que juros altos podem tirar investidores de países emergentes, como o Brasil

– Até agora, felizmente, tem havido céu de brigadeiro, o que favorece extremamente países como o Brasil. No entanto, nos últimos dias surgiram alguns sinais de que o tempo pode mudar: o Federal Reserve aumentou os juros básicos pagos pelos títulos norte-americanos e o preço do petróleo estacionou em nível elevado. Os juros podem tirar os investidores dos países emergentes, enquanto o petróleo pode provocar inflação em todo o mundo, inclusive no Brasil – alertou o líder do PSDB.

Virgílio criticou o líder do governo, Aloizio Mercadante, que pouco antes havia comu-

nicado ao Plenário a decisão do governo de não renovar o acordo com o FMI. Mercadante sustentou que o governo Lula assumiu com uma crise financeira e conseguiu, em pouco mais de dois anos, apresentar números tão favoráveis que pode dispensar o Fundo.

– Não sabia que o governo do PT buscava o ajuste fiscal para agradar ao FMI. Achava que o governo fazia isso por uma questão de responsabilidade – ironizou Arthur Virgílio.

O senador afirmou que a crise enfrentada pelo governo Lula se deveu ao próprio PT, que sempre defendeu políticas econômicas opostas ao que vem sendo feito.

Virgílio condenou os elevados juros fixados pelo BC.

– Com juro real de 13% ao ano somos o campeão do mundo nessa área – disse, criticando ainda a redução nos valores dos investimentos, "os mais baixos nos últimos anos". Afirmou também que o PT "demorou demais" para aprender que, sem o aval do FMI, os banqueiros não emprestam dinheiro, exceto se seus "governos mantiverem ajustes fiscais confiáveis".



APOIO Quintanilha saúda não-renovação do acordo, fato que, segundo ele, deve ser comemorado

Quintanilha: país agora conta com recursos próprios

O anúncio feito pelo líder do governo, Aloizio Mercadante, de que o governo não vai renovar o acordo com o Fundo Monetário Internacional, foi saudado pelo senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) como "uma notícia alvissareira" para o país. O fato de o Brasil, depois de tanta turbulência, poder contar com seus próprios recursos deve ser comemorado, disse o senador.

Quintanilha também destacou a comemoração do Dia Mundial da Água, no último dia 22, ressaltando a importância dos rios na produção de energia e para a sobrevivência do homem.



Lúcia Vânia ressalta vitória dos produtores de algodão junto à OMC

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) – foto – ressaltou, em discurso no Plenário, a vitória dos produtores brasileiros de algodão, que conseguiram da Organização Mundial do Comércio (OMC) uma condenação à política americana de subsidiar os cotonicultores daquele país.

– O Brasil conquistou uma vitória de repercussões internacionais para o agronegócio mundial – disse a senadora.

Ela explicou que os recursos utilizados para custear a ação foram alocados diretamente pelos produtores, um fato que pode servir

de exemplo para outras lutas que o agronegócio terá de travar no interior da OMC. De uma previsão inicial de gastos da ordem de US\$ 400 mil, as despesas com advogados e mobilização de especialistas atingiram US\$ 2 milhões. Nesse quesito, segundo a senadora, a participação

do governo e das empresas do setor foi pequena.

Ela lembrou que a conquista dos cotonicultores brasileiros ainda não está completa, pois demandará longa negociação para que acordos sejam celebrados e colocados em prática no comércio.

Pena severa para o uso de menor na prática de crime

■ Projeto que será examinado amanhã pela Comissão de Justiça estabelece até 15 anos de reclusão

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve votar amanhã, a partir das 10h, regras mais severas para punir os que exploram menores na prática de crimes. A proposição, de iniciativa do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), muda o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Com alterações de técnica legislativa apresentadas pelo relator, senador César Borges (PFL-BA), a proposta (PLS 118/03) estabelece pena de reclusão de quatro a 15 anos para quem utilizar ou induzir criança ou adolescente a praticar ou participar de crimes como homicídio, roubo, extorsão mediante seqüestro, estupro e atentado violento ao pudor, além de delitos relacionados ao tráfico de entorpecentes.

Também está na pauta da CCJ projeto da senadora Patrícia Saboya (PPS-CE) que define como competência da vara da família a investigação de paternidade. A proposição (PLS 191/04), relatada por Demostenes Torres (PFL-GO), objetiva dirimir dúvidas sobre a questão, que pode ser consi-



DECISÕES CCJ também analisa projeto que amplia os prazos da prescrição penal e outro que eleva punição para quem fizer loteamento sem autorização

derada competência da vara de registros públicos.

Consumidor

Projeto que beneficia o consumidor deverá ser examinado na mesma reunião. O substitutivo de Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) – também presidente da comissão – à proposição (PLS 62/03) de Sérgio Cabral (PMDB-RJ) define que a concessionária de serviço público somente poderá interromper a prestação de serviço ou o fornecimento de bens, em caso de não pagamento de diferenças de contas anteriores, após notificar e conceder ao usuário o prazo mínimo de 30 dias para regularizar a situação.

Outra proposta de Sérgio Cabral (PLS 131/03), relatada por Pedro Simon (PMDB-RS), amplia o rol das pessoas e entidades com legitimidade

para propor ação civil pública, incluindo na relação os senadores, deputados federais e estaduais e vereadores.

De iniciativa de Demostenes Torres, o PLS 474/03, que aumenta os prazos da prescrição penal, recebeu parecer favorável do relator, Alvaro Dias (PSDB-PR).

A CCJ poderá votar projeto (PLS 264/03) de Paulo Octávio (PFL-DF) que eleva as penas para quem efetuar loteamento sem autorização, e outro, da Câmara (PLC 38/04), que torna obrigatória a identificação do responsável pela intermediação imobiliária no registro de escrituras públicas de compra e venda de imóveis.

A Comissão de Justiça deve examinar também 30 ofícios do Supremo Tribunal Federal (STF) declarando a inconstitucionalidade de leis.

Horário de verão pode ser estendido a todo o país

Projeto que determina a vigência do horário brasileiro de verão em todo o território nacional, quando adotado pelo Poder Executivo, poderá ser apreciado hoje, a partir das 10h, pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI).

O autor da proposta (PLS 530/03), senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), ressalta a importância de se unificar a adoção do horário de verão para evitar problemas e prejuízos causados pela sua implantação somente em algumas regiões do país.

Além do transtorno causado à sociedade, com o deslocamento temporário das horas legais entre regiões, ele também cita o aumento dos custos de repar-

tições, instituições financeiras e outros setores da atividade econômica que são obrigados a improvisar jornadas.

O relator da matéria, senador João Ribeiro (PFL-TO), ofereceu parecer favorável à sua aprovação, por considerar a unificação benéfica para toda a sociedade brasileira.

– A instantaneidade da informação, característica do processo de globalização, exige estabilidade nas diferenças de fusos horários nacionais para o adequado funcionamento da sociedade – salientou João Ribeiro.

Também está na pauta da comissão o PLS 264/04, de Augusto Botelho (PDT-RR), com parecer favorável de Mário Calixto

(PMDB-RO), que condiciona a pavimentação de vias urbanas à prévia implantação de redes de infra-estrutura básica.

Segundo Augusto Botelho, a proposição é de relevância social, pois pode contribuir para combater doenças de veiculação hídrica, disseminadas devido à precariedade da infra-estrutura de saneamento no Brasil.

Outra proposta (PLS 193/04), de autoria de Sérgio Zambiasi (PTB-RS), inclui no Plano Nacional de Viação o acesso da BR-293 à fronteira do Brasil com o Uruguai, no município de Quarai (RS). O relator, senador Leonel Pavan (PSDB-SC), ofereceu parecer favorável ao projeto.

Heloísa lamenta falta de socorro aos flagelados em Alagoas

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) lamentou mais uma vez, em discurso no Plenário, a "paralisia" do governo federal diante das dificuldades enfrentadas pelos sertanejos nordestinos, com destaque para os alagoanos, vítimas da seca. Ela ressaltou que nenhum recurso foi destinado aos municípios que se declararam em situação de emergência.

Heloísa Helena lembrou que os três senadores de Alagoas, mesmo separados por um "abismo" do ponto de vista ideológico e político, uniram-se para dar apoio a medidas que pudessem minorar o sofrimento dos sertanejos, mas que essa atitude, até agora, não surtiu qualquer efeito.

De acordo com a senadora, o governo Luiz Inácio Lula da Silva imita o governo Fernando Henrique Cardoso quando recorre ao "estratagemas" de beneficiar políticos "com cargos, prestígio e poder" e ignorar "aqueles que não têm dobradi-



INÉRCIA Heloísa aponta paralisia do governo federal diante das dificuldades dos nordestinos

ças nas costas".

A senadora disse ainda que o Nordeste clama por obras de infra-estrutura, mas que, no momento, em virtude do estado de emergência, o governo federal tem obrigação de atender às necessidades humanas mínimas, seja por meio da concessão de cestas básicas ou da disponibilização de carros-pipas para assistir a população.

– O povo sertanejo consegue renascer todo dia com o sol, na esperança de melhores dias – afirmou Heloísa Helena, que ressaltou já ter ocupado várias vezes a tribuna pedindo providências para o drama que afeta a população de "metade do estado de Alagoas".



GRANDEZA Segundo Eduardo, o empreendimento no Tocantins é o maior projeto de irrigação no mundo

Eduardo pede a revitalização do Projeto Rio Formoso

Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) voltou a defender a revitalização do Projeto Rio Formoso, implementado no município de Formoso do Araguaia, no Tocantins. Ele afirmou que esse é o maior projeto de irrigação em área contínua do mundo, destinando-se à produção de arroz, soja e melancia.

O senador registrou o en-

contro que teve, na última quinta-feira, com o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, em busca de apoio ao projeto. Ele foi acompanhado pelo prefeito de Formoso do Araguaia, Pedro Rezende, pelos deputados federais Ronaldo Dimas e Ana Alencar (ambos do PSDB do Tocantins) e por presidentes de cooperativas.

Eduardo comentou que foram bem recebidos e que solicitaram medidas pleiteadas pelos produtores da região.

– Hoje, o projeto beneficia área estimada em 14 mil hectares. Com a revitalização, a área pode dobrar de tamanho.

Entre as reivindicações apresentadas ao ministro, Eduardo citou o início imediato das operações de AGF (Aquisição do Governo Federal), EGF (Empréstimo do Governo Federal) e PEP (Prêmio para Escoamento de Produto).

– Apesar do conhecimento e da boa vontade do ministro Roberto Rodrigues, ele nos disse que tudo depende do Ministério da Fazenda. Precisamos sensibilizar o ministro Palocci – disse.